

Relatório Circunstanciado sobre as Contas de Governo do Prefeito do Poder Executivo Municipal de Capão da Canoa - RS referente ao Exercício Financeiro de 2021.

Conforme prevê o art. 71, da Resolução TCE/RS nº 1.028, de 4 de março de 2015 e as instruções contidas a alínea "a", inciso IV, art. 2º, da Resolução nº 1.134, de 9 de dezembro de 2020, editada por esta Egrégia Corte de Contas, encaminho o Relatório sobre as contas de governo referentes as atividades públicas realizadas no Município, relativo ao exercício de 2021, no que se refere à Administração Direta.

Destaca-se que seguem nesta Prestação os seguintes documentos:

- ✓ ***Sobre a administração econômico-financeira e patrimonial:***
- ✓ a) relatório circunstanciado do Prefeito sobre sua gestão, indicando o atingimento, ou não, das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, contendo, também, informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e em Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS;
- ✓ b) relatório e parecer conclusivo do responsável pela UCCI sobre as contas do ano anterior em que conste, no mínimo: o atingimento, ou não, das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual; a regularidade e tempestividade das conciliações bancárias, da guarda pela Unidade de Pessoal das declarações de bens e rendas dos agentes públicos, da realização do inventário de bens patrimoniais, seus resultados e providências; sobre a confiabilidade das demonstrações contábeis; sobre o cumprimento das decisões deste Tribunal de Contas, prolatadas no exercício correspondente ao da prestação de contas, independentemente do ano do processo; e demais temas que julgue relevantes;
- ✓ c) cópia das atas de encerramento dos inventários de bens móveis, de bens de consumo e de valores, elaboradas por comissão formalmente designada, evidenciando a fidedignidade desses bens inventariados com os correspondentes registros contábeis, apontando as eventuais diferenças e as respectivas providências adotadas;
- ✓ d) declaração do responsável pela Unidade de Pessoal, ratificada pelo Prefeito, quanto à regularidade da entrega e guarda de cópias das declarações de bens e rendas dos agentes públicos, nos termos da Resolução nº 963, de 19 de dezembro de 2012, bem como as providências adotadas em caso de não entrega das mesmas;
- ✓ e) declaração do tesoureiro e do contador, ratificada pelo Prefeito, informando sobre a realização e regularidade das conciliações bancárias, contendo dados nos moldes do Anexo I;
- ✓ f) quadro contendo a relação das tomadas de contas especiais instauradas no exercício, remetidas ao TCE-RS ou ainda na fase interna, indicando o número

do processo administrativo respectivo, os fatos a serem apurados, o período correspondente e a quantificação do débito, mesmo que por estimativa; ou declaração de inexistência de tomadas de contas especiais instauradas no período, se for o caso;

- ✓ g) relatório e parecer dos conselhos que legalmente devem se manifestar sobre os fundos criados em face da eventual instituição de regime próprio de previdência social, contendo a análise de suas contas, bem como a consignação de conformidade (ou não) de suas aplicações financeiras, de suas demonstrações contábeis e da manutenção do equilíbrio previsto em sua avaliação atuarial;
- ✓ h) relatório e parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, previsto em lei específica, relativo à alocação e à aplicação dos recursos vinculados a esse Fundo;
- ✓ i) relatório e parecer do responsável pela UCCI, relativo à aplicação dos recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino;
- ✓ j) Plano Municipal de Educação, vigente no exercício anterior, conforme art. 8º da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014;
- ✓ k) análise e parecer conclusivo emitido pelo Conselho Municipal de Saúde - CMS referente, no mínimo, à elaboração e execução do Plano de Saúde Plurianual; ao cumprimento das metas para a saúde estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias; à aplicação dos recursos mínimos em ações e serviços públicos de saúde, observadas as regras previstas na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; às transferências dos recursos aos Fundos de Saúde e à aplicação dos recursos vinculados ao SUS;
- ✓ l) relatório e parecer do responsável pela UCCI, relativo à elaboração e execução do Plano de Saúde Plurianual; ao cumprimento das metas para a saúde estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias; à aplicação dos recursos mínimos em ações e serviços públicos de saúde, observadas as regras previstas nesta Lei Complementar; às transferências dos recursos aos Fundos de Saúde; à aplicação dos recursos vinculados ao SUS; à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos adquiridos com recursos vinculados à saúde;
- ✓ m) Plano Municipal de Saúde, vigente no exercício anterior, conforme art. 96 da Portaria de Consolidação MS/GM nº 1, de 28 de setembro de 2017;
- ✓ n) Programação Anual de Saúde, vigente no exercício anterior, conforme art. 97 da Portaria de Consolidação MS/GM nº 1, de 2017;
- ✓ o) Relatório de Gestão, vigente no exercício anterior, conforme art. 99 da Portaria de Consolidação MS/GM nº 1, de 2017;
- ✓ p) Plano Municipal de Saneamento, vigente no exercício anterior, conforme art. 9º da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007;
- ✓ q) Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, vigente no exercício anterior, conforme art. 18 da Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

1 – Execução Orçamentária

1.1 - A Lei Orçamentária Anual de nº 3.676 de 17 de dezembro de 2020, estimou uma receita de **R\$255.128.391,23** (duzentos e cinquenta e cinco milhões, cento e vinte e oito mil, trezentos e noventa e hum real e vinte e três centavos) e uma despesa de igual valor para o exercício de 2021. Entretanto, com a abertura de créditos adicionais, superávit financeiro, e excesso de arrecadação, alteraram as estimativas no decorrer do exercício conforme quadro abaixo:

1.1.1 - Receitas

RECEITAS CORRENTES	ORÇADA	REALIZADA	DIFERENÇA
Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	147.970.277,50	154.310.354,13	6.340.076,63
Contribuições	3.622.774,05	4.747.615,70	1.124.841,65
Receita Patrimonial	557.975,09	2.076.541,36	1.518.566,27
Receita de serviços	1.326.108,62	1.304.094,85	- 22.013,77
Transferências Correntes	118.087.739,34	151.914.849,03	33.827.109,69
Outras Receitas Correntes	700.825,34	1.754.084,08	1.053.258,74
TOTAL RECEITAS CORRENTES	272.265.699,94	316.107.539,15	43.841.839,21
RECEITAS DE CAPITAL			-
Transferência de Capital		709.817,00	709.817,00
Outras Receitas de Capital		43.517,93	43.517,93
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	-	753.334,93	753.334,93
DEDUÇÕES DA RECEITA	- 17.137.308,71	20.017.038,46	- 2.879.729,75
TOTAL DAS RECEITAS	255.128.391,23	296.843.835,62	41.715.444,39

ORÇAMENTO MUNICÍPIO	241.062.794,16
ORÇAMENTO CÂMARA MUNICIPAL	14.065.597,07
TOTAL	255.128.391,23

1.1.2 Despesas

DESPESAS FIXADA	241.062.794,16
CRÉDITO SUPLEMENTAR	129.555.103,68
CRÉDITOS ESPECIAIS	219.320,52
(-) REDUÇÃO DE DOTAÇÕES	-76.743.890,86
TRANSFERÊNCIAS	4.636.000,00

TRANSPOSIÇÃO	667.400,00
DOTAÇÃO COM ALTERAÇÃO	299.396.727,50

DESPESAS NO EXERCÍCIO ATUAL

VALOR EMPENHADO	278.721.099,04
VALOR LIQUIDADO	260.537.083,36
SALDO A LIQUIDAR	18.184.015,68
EMPENHOS A PAGAR	22.791.011,24

DESPESAS NO EXERCÍCIO ANTERIOR

VALOR EMPENHADO	27.061.665,93
VALOR LIQUIDADO	-26.761.318,21
SALDO A LIQUIDAR	300.347,72

RECURSOS PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ORIGEM DO RECURSO

Superávit Financeiro	19.734.522,70
Excesso de Arrecadação	30.968.601,06
Auxílios e Convênios	2.994.809,58
Suplementação Orçamentária	76.076.490,86
Redução Orçamentária	76.743.890,86

1.1.3 - Limites de Despesas com Pessoal e Endividamento

O presente item deixa de ser abordado por já constituir processo próprio da Gestão Fiscal e encaminhado ao Tribunal no período correspondente, juntamente com o Sistema para informação e Auditoria para Prestação de Contas (SIAPC).

2 – Das Metas Previstas no Plano Plurianual (PPA)

O cumprimento dos programas de governo e suas ações alcançaram, no exercício que se encerrou em 31/12/2021, a execução orçamentária.

2.1 - Das principais realizações em 2021

- Entre as principais realizações de obras e serviços disponibilizados à sociedade, destaca-se a recuperação e reposição de calçamento, colocação de PVS e asfalto nas vias municipais, revitalização do Parque Náutico, aquisição de ônibus escolar, aquisição de ambulância, manutenção de vias públicas, manutenção da iluminação pública, limpeza urbana, coleta de lixo seco e orgânico;

Secretaria de Orçamento e Finanças: - Buscando proporcionar um melhor atendimento ao contribuinte, realizamos adequações em nossas estruturas físicas.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

- Bot de atendimento, foi disponibilizado atendimento através do WhatsApp (51) 99150-8248.

Saúde: A pandemia que assolou o mundo, desde o início de 2020, fez com que a Prefeitura ampliasse os investimentos e qualificasse os serviços para a população. Além do combate ao coronavírus, outras medidas foram tomadas com o objetivo de melhorar a saúde pública do município.

- Atendimento diferenciado na COVID, com ampla estrutura;

- UPA 24h Unidade de Pronto Atendimento, funcionamento pleno, com absorção dos serviços do Pronto Atendimento 24h. Reforma geral e aquisição de equipamentos modernos e que oferecem mais segurança ao paciente (respiradores, tanque de oxigênio, gerador de luz de emergência);

- Reestruturação do Programa Melhor em casa, acrescentando um médico geriatra permanente e um veículo novo;

- CAPS, nova instalações, aumento da equipe multidisciplinar, ocasionando mais oferta de serviços;

- Instalação de aparelhos de eletrocardiograma em todos os ESFS;

- Reforma do Pronto Atendimento 12h de Capão Novo;

- Reforma e Ampliação da Farmácia Municipal.

- Números em 2021:

Total de atendimentos: 336,758

Solicitação de exames: 41.917 (exames): 247.263

Prescrições de medicamentos: 157.579 (medicamentos): 263.219

Educação: A constância na busca por educação de qualidade e igualdade continua sendo desafio importante enfrentado pela gestão municipal, uma vez que são essenciais para atender às necessidades escolares e para a construção de uma sociedade de conhecimento.

- Retorno seguro, para um retorno seguro às atividades escolares, a SME adquiriu EPIs e materiais para adequar as escolas na pandemia. Assim, foi possível receber a comunidade escolar obedecendo a todos protocolos sanitários;

- Merenda em casa, foram doados 11.862 kits aos alunos mensalmente, do período de março a dezembro do ano de 2021, totalizando 106.758 kits, através do PNAE, R\$1.086.675,89 e R\$118.035,66 do recurso livre em alimentação escolar;

- O município aderiu a implantação das plataformas classroom e árvore de livros para melhor desenvolvimento do trabalho pedagógico na pandemia;

- Formação continuada dos profissionais da educação;

- Informatização através da aquisição de chromebooks, lousas digitais;

- Reformas e ampliação de Escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental;

- Números em 202:

Educação Infantil:

- a) Creche: 575
- b) Pré-escola: 1.200

Ensino Fundamental Anos Iniciais: 3.370

Ensino Fundamental Anos Finais: 2.100

EJA: 120

Escola de Educação Infantil Conveniadas: Tendo sido investido R\$3.081.475,30

- a) Creche: 500
- b) Pré-escola: 400

Secretaria de Assistência e Inclusão Social: Por meio de políticas públicas sociais, o executivo promoveu uma série de ações e projetos, a fim de qualificar a vida da comunidade e fortalecer a participação popular no cotidiano da cidade.

Secretaria de Obras: A qualificação da infraestrutura está ligada ao bem-estar da população em diversos aspectos. Com isso, o trabalho foi desenvolvido em todos os bairros, levando melhores condições para os cidadãos.

Secretaria de Coordenação dos Distritos: Os distritos são formados por Praia do Barco, Capão Novo, Arroio Teixeira e Curumim.

Foi reforçada as ações de desenvolvimento na região. Além disso, atividades de manutenção, como limpeza, capina, corte de grama e sinalização de vias, são realizadas diariamente.

Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano: A preservação do meio ambiente é fundamental para manter a saúde do planeta e de todos os seres vivos. Nesse sentido, trabalhamos fortemente, em ações com foco na educação ambiental e no desenvolvimento sustentável do município.

Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico: É o primeiro município do Litoral Norte a ter aprovado, em audiência pública, o Plano Diretor de Turismo. O PD-Tur é uma ferramenta para desenvolvimento Turístico de Capão da Canoa, fortalecendo o desenvolvimento do setor.

Secretaria de Cidadania Trabalho e Ação Comunitária: Implantação da REURB no município. O objetivo é garantir o avanço no setor de regularização fundiária. Demos início à regularização de 140 lotes, através do instituto da REURB, que permite a regularização de forma administrativa, tornando o processo mais célere e efetivo.

Secretaria de gestão e Planejamento: O GGI - Gabinete de Gestão Integrada, tornou-se um importante instrumento de qualificação da segurança pública e combate à criminalidade, sendo instaladas mais de 260 câmeras de monitoramento no município.

Abaixo alguns indicativos de investimentos e despesas:

SEC. EDUCAÇÃO

Ônibus	2,00	873.500,00
Micro Ônibus	2,00	494.400,00
Caminhão caçamba	1,00	287.000,00
Manutenção	1,00	114.000,00
Veículo de apoio		92.886,00
Obras/Instalações		917.417,67
		2.779.203,67

SEC. OBRAS

Pick-up	1,00	114.000,00
---------	------	------------

SEC. SAÚDE

Ambulância	1,00	469.000,00
Veículo	1,00	105.490,00
Micro ônibus	2,00	387.000,00
		961.490,00

SEC. MEIO AMBIENTE/PLANEJAMENTO

Coleta Lixo Seco		2.079.378,38
Coleta Lixo Orgânico		2.085.604,00
		4.164.982,38

3 – Das Informações sobre Vinculações Constitucionais

3.1 - Recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), incluindo os Recursos do FUNDEB

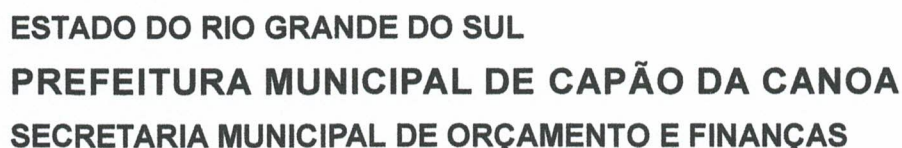
No exercício em análise foram investidos **R\$ 55.739.659,54** (cinquenta e cinco milhões, setecentos e trinta e nove mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos) no MDE, o que corresponde a **26,80%** (vinte e seis virgula oitenta por cento) da receita resultante de impostos e transferências.

BASE RECEITA EDUCAÇÃO (MDE + FUNDEB) R\$208.004,449,56

3.2 - Recursos aplicados do FUNDEB, destinados ao pagamento dos Profissionais do Magistério

Base de Cálculo dos recursos do FUNDEB R\$62.157.065,95

Percentual de Aplicação: **70,34%** (setenta virgula trinta e quatro por cento). Cálculo da proporção de 70% destinada ao pagamento dos Profissionais do Magistério (Art. 212-A, inciso XI, CF), equivalente à R\$ 43.719.396,94 (quarenta três milhões, setecentos e dezenove mil, trezentos e noventa e seis reais e noventa e quatro centavos).



3.3 - Recursos aplicados nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

(quarenta e quatro milhões, trezentos e setenta e cinco mil, seiscentos e dezenove reais e noventa centavos) nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, representando **21,33%** (vinte e um virgula trinta e três por cento) da receita base de cálculo descrita nos termos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

4 - Receita Corrente Líquida RCL

Receita Corrente Líquida - Despesa Com Pessoal **R\$293.783.329,72** (duzentos e noventa e três milhões, setecentos e oitenta e três mil, trezentos e vinte e nove reais e setenta e dois centavos)

4.1 - Despesa com Pessoal

O percentual de gastos com pessoal no ano de 2021, foi de **R\$127.673.580,58** (cento e vinte e sete milhões, seiscentos e setenta e três mil, quinhentos e oitenta reais e cinquenta e oito centavos), 43,45% (quarenta e três virgula quarenta e cinco por cento).

5 - Antecipação de Duodécimo

R\$345.286,24 (trezentos e quarenta e cinco mil, duzentos e oitenta e seis reais e vinte e quatro centavos).

6 - O Desempenho da Arrecadação conforme art. 58 da Lei de Responsabilidade Fiscal

8

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Iluminação Pública				
Receita Patrimonial	557.975,09	557.975,09	2.076.534,33	1.518.559,24
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	60.508,51	60.508,51	98.765,01	38.256,50
Valores Mobiliários	497.466,58	497.466,58	1.977.769,32	1.480.302,74
Receita de Serviços	1.326.108,62	1.326.108,62	1.303.235,75	-22.872,87
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	1.289.819,51	1.289.819,51	1.005.865,15	-283.954,36
Outros Serviços	36.289,11	36.289,11	297.370,60	261.081,49
Transferências Correntes	107.006.886,85	107.006.886,85	138.402.023,86	31.395.137,01
Transferências da União e de suas Entidades	38.966.930,57	38.966.930,57	47.439.880,74	8.472.950,17
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	20.468.323,54	20.468.323,54	26.784.045,87	6.315.722,33
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	1.388.433,65	1.388.433,65	2.402.181,05	1.013.747,40
Transferências de Outras Instituições Públicas	46.183.199,09	46.183.199,09	61.706.907,91	15.523.708,82
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	69.008,29	69.008,29
Outras Receitas Correntes	700.825,34	700.825,34	1.751.089,71	1.050.264,37
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	61.794,05	61.794,05	221.317,51	159.523,46
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	436.635,66	436.635,66	1.211.992,79	775.357,13
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	25.145,13	25.145,13
Demais Receitas Correntes	202.395,63	202.395,63	292.634,28	90.238,65
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	753.334,93	753.334,93
Transferências de Capital	0,00	0,00	709.817,00	709.817,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	709.817,00	709.817,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	43.517,93	43.517,93
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	43.517,93	43.517,93
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	255.128.391,23	255.128.391,23	296.843.835,62	41.715.444,39
Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	255.128.391,23	255.128.391,23	296.843.835,62	41.715.444,39
Déficit (VI)		44.268.336,27	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	255.128.391,23	299.396.727,50	296.843.835,62	-2.552.891,88
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	19.734.522,70	19.734.522,70	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	0,00	-
Superávit Financeiro	-	19.734.522,70	19.734.522,70	-

6.1 - Análise quanto ao Desempenho da Arrecadação

6.1.1 - Quanto às Receitas Tributárias

Tivemos um incremento de R\$13.257.276,84 em relação ao valor orçado;

RECEITA	ORÇADA	ARRECADADA	A MAIOR
ITBI	18.787.088,49	32.044.365,33	13.257.276,84

6.1.1.1 - Medidas no sentido de Recuperação de Créditos Tributários

Destaca-se que o município implementou além da cobrança administrativa;

- Cobrança Judicial aproximadamente 23.000 processos

- Protesto, 1.604
- SPC/SERASA, aproximadamente 8.726 processos

Destacamos que as ações implementadas pelo Município no sentido de fiscalização tributária foram as seguintes;

- Cobrança da dívida ativa pela via extrajudicial, aproximadamente 33.330 processos;
- Programas de refinanciamento de dívidas até 30 de novembro de 2021, REFIS, com desconto de até 100% de multa e juros.

6.1.1.2 - Medidas Judiciais no sentido de Recuperação de Créditos Tributários

O município mantém ações judiciais para a recuperação dos créditos fiscais. Das ações impetradas, destaca-se que estas se encontram na seguinte situação;

6.1.1.3 - Ações no sentido de combate à Sonegação e Incremento de Receitas Tributárias

O município adotou com vistas a reduzir a sonegação e/ou aumentar as receitas tributárias, além dos efetivos fiscais a contratação de 12(doze) agentes de fiscalização. Realização de cálculo atuarial para reavaliar as alíquotas de contribuição do RPPS.

7 - Análise do Resultado Primário e Nominal no Exercício de 2021

7.1 - Resultado Primário: O Resultado Primário obtido no período em análise demonstra uma economia de 35,45% (trinta e cinco inteiros virgula quarenta e cinco) nas Despesas Primárias em relação às Receitas Primárias, importando em R\$107.858.323,17 (cento e sete milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, trezentos e vinte e três reais e dezessete centavos), a diferença apurada entre a efetiva arrecadação e a aplicação dos recursos neste âmbito, considerados, neste contexto os valores liquidados.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA		1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
I	RECEITAS PRIMÁRIAS R\$	125.161.608,36	212.194.222,25	304.236.515,20
II	(-)DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS R\$	-61.523.946,77	- 148.280.925,60	- 245.867.743,37
I - II	DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS R\$	63.637.661,59	63.619.645,53	107.858.323,17

7.2 - Resultado Nominal: O Resultado Nominal obtido até o período em análise demonstra a diminuição da Dívida Consolidada em relação à 31/12/2021.

8 - Conclusão: Apurados os resultados relativos ao terceiro quadrimestre do exercício de 2021, conclui-se que o Município de Capão da Canoa atingiu os objetivos da Lei Complementar 101/2000 no que tange ao “**equilíbrio entre as receitas e despesas**” de que trata o art. 1º, e ao “**saneamento da dívida pública**”, estando muito aquém do limites fixados pelo Inciso II do art. 3º da Resolução do Senado Federal nº. 40/2001 e pela LC 101/2000 em seus artigos 54

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO DA CANOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

e 55, I "b". Os resultados apresentados permitem concluir que os gastos até então realizados estão compatíveis com a arrecadação. Até o encerramento do 3º Quadrimestre, não se fazem necessários ajustes na execução orçamentária para fim de atendimento das metas, bem como para o atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por fim, destacamos que todas as ações desenvolvidas estão retratadas nas demonstrações contábeis e orçamentárias e os aspectos mais relevantes da execução orçamentária encontram-se apresentadas nesta exposição circunstanciada. Todavia, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e apresentação de documentos que se façam necessários como cumprimento do mandamento constitucional de prestar contas.

Capão da Canoa, 28 de março de 2021

ÉDER COSTA BÓRBA
TCCRS 37.762

AMARI MAGNUS GERMANO
Prefeito Municipal

CAPÃO DA CANOA



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 15FA-51B6-B7CA-F5B5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ EDER COSTA BORBA (CPF 319.XXX.XXX-20) em 30/03/2022 17:54:30 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC SOLUTI Multipla << AC SOLUTI << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2 (Assinatura ICP-Brasil)

- ✓ AMAURI MAGNUS GERMANO (CPF 537.XXX.XXX-49) em 30/03/2022 20:23:01 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC SOLUTI Multipla << AC SOLUTI << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://capaodacanoa.1doc.com.br/verificacao/15FA-51B6-B7CA-F5B5>